



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DOS PCNs DE GEOGRAFIA E A SUA NEGAÇÃO OU REPRODUÇÃO NA RELAÇÃO PROFESSOR- ALUNO

Robson Renato Sales do Nascimento

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e-mail: robinhopdf@hotmail.com

Caio Anderson de Oliveira Pereira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e-mail: caio.anderson.oliveira@gmail.com

José Ismael da Silva

Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte – UERN email: Ismael_swusilva@hotmail.com

Vandygna Emiliana Chaves da Silva

Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte – UERN email: vamydygnaemilianarcc_@hotmail.com

Jucicléa Medeiros de Azevedo

Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte – UERN email: jucicleazevedo@yahoo.com.br

Resumo: As questões referentes à educação na era moderna passam pela discussão do objetivo do sistema de ensino atual. A era da globalização reforça a prática de um ensino voltado ao mercado, cabe então questionar, qual o verdadeiro papel das escolas na sociedade. Deixamos então as instituições de ensino num limiar entre reprodutora do sistema vigente – não apenas através da qualificação de indivíduos para o mercado, como também, propagadora de ideologias – e uma instituição libertadora, que promove o questionamento da realidade. A geografia, vista como uma ciência ampla que trata de muitas áreas do conhecimento, aborda em seus estudos, tanto os mecanismos de manutenção do sistema quanto os ideais libertadores, e assim, pode contribuir, para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as desigualdades sociais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a disciplina de geografia apresentam as questões pertinentes à ciência geográfica e definem os seus conteúdos. A partir da análise desses documentos levanta-se as seguintes questões: qual deve ser o posicionamento do professor de geografia? Mas, além disso, seria possível ao professor nas condições da educação básica brasileira hoje, ajudar a desenvolver o pensamento crítico tão essencial ao cidadão?

Palavras chave: Discurso político-ideológico; PCNs; Geografia.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Cada professor transmite em sua prática docente valores e saberes que são imprescindíveis para a formação de cada sujeito contemplado. Porém, para que essa prática ocorra, alguns documentos norteiam as suas ações. No Brasil, quando se fala em macroplanejamento educacional, o documento curricular oficial que regula e determina os conteúdos, que são essenciais para cada disciplina, são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Segundo Straforini (2014), para a disciplina de Geografia, esses documentos tem sido, desde a sua elaboração na década de 1990, sistematicamente criticados pelo fato de reproduzirem discursos que legitimam o poder dominante, por limitarem à crítica e a reflexão sobre aspectos sociais que possam ameaçar a manutenção dessa “ordem” e pela sua verticalidade, com ordens vindas de cima para baixo sem a consulta ou a mínima consonância dos reais envolvidos, os professores.

Inconscientes dessa situação, alguns professores acabam reproduzindo conteúdos de ideologia neoliberalista presentes nos PCNs que segundo Straforini (2014, p. 49) acabam “naturalizando a competitividade, o consumismo, o meritocracismo, bem como o esvaziamento do sentido do público e do coletivo para abrir espaço para o privado e o individual”. Porém, quando consciente dessa forma de alienação, o professor pode procurar abordagens alternativas para questões sociais, valorizando o coletivo e proporcionando um conhecimento de mundo mais diversificado para os seus alunos.

Percebe-se que, professores que não se sentem valorizados ou que não valorizam a sua profissão, não se comprometem o suficiente para cuidar e educar os seus alunos, muito menos para atuar a partir de um ideário político-ideológico. Por consequência, acabam tornando-se profissionais sem respeito e autoridade, incapazes de conduzir o processo de ensino-aprendizagem devido a sua falta de controle para com a sala. Para Antunes (2002, p. 07)

O professor se aliena quando vê inerte, extinguir sua vontade e sua paixão e a capacidade de decidir sobre o que produz. Quando deixa de agir autonomamente e é conduzido pelo que a classe quer. Quando deixa-se manipular pelos alunos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O professor compromissado com a formação cidadã de cada aluno deve procurar manter uma relação de recíproco respeito. Mas para que isso ocorra esse tem que assumir em sua prática docente uma postura que permita a reflexão e aguace o senso crítico dos alunos. Outro fator essencial para que esse resultado seja alcançado vem do prazer e da alegria que o professor tem em exercer esse papel social tão importante. Nesse sentido, Alves (2012) fala que “o mestre nasce da exuberância da felicidade”.

Pretende-se aqui, discutir alguns desafios da prática docente, atentando-se para a importância do estabelecimento de um discurso político-ideológico que permita a reflexão dos alunos perante a sociedade em que vivem, tendo como base para essa discussão a relação professor-aluno e a formação do cidadão, destacando a importância do conhecimento das questões que envolvem política e sociedade na construção de uma nação igualitária. Esta discussão está contextualizada na atual era da globalização, portanto cabe também debater o papel da escola da sociedade atual, qual sua relação com o sistema capitalista e como esta desenvolve o conhecimento libertador. O papel do conhecimento na era moderna está diretamente ligado ao modo de operação das escolas. Portanto, discutir a questão da intelectualidade hoje passa por questões didáticas, envolvendo diretamente o tipo de cidadão que estamos formando.

2 METODOLOGIA

A discussão aqui proposta foi pensada a partir de debates em sala de aula ocorridos durante a socialização das experiências do estágio supervisionado em Geografia. Partindo de Antunes (2002); Alves (2000); e Straforini (2014), insere-se as discussões de Santos (1998) e Vesentini (2003), para abordar a questão do real objetivo do sistema educacional e da importância do pensamento crítico e produção intelectual para nossa sociedade, amplamente marcada por conflitos e problemas de ordem global. Busca-se então, o posicionamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a disciplina de geografia, analisando as propostas do documento e como este aborda as questões do objetivo da educação básica e do ensino de geografia



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

numa sociedade globalizada neoliberal. Compara-se as propostas com o ensino de geografia que se produz atualmente e analisa-se de que modo o discurso político-ideológico está presente em sala de aula.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Hoje tem-se na escola não mais apenas um meio de repasse de informações pré-produzidas e desconexas. A escola na atualidade é entendida como um espaço destinado à formação do cidadão consciente de seu papel. Para tanto, considera-se indispensável a capacidade do professor de estimular o pensamento crítico nos seus alunos. Cabe aqui discutir de que modo a escola vem cumprindo seu papel social.

Para Vesentini (2003) é perceptível que o sistema escolar moderno, desde o seu início em meados do século XIX até os dias atuais, vem sendo um elemento crucial para a reprodução da sociedade capitalista. A era moderna, em particular, exige ainda mais desse sistema, uma vez que a automatização permitiu que atividades mais simples fossem executadas com maestria por meio de máquinas. A qualificação instigada por essa mudança passou a ser essencial para o ingresso no mercado de trabalho.

Nas últimas décadas as indústrias passaram a fazer uso intenso da alta tecnologia. Com isso, tornou-se indispensável o investimento em pesquisa científica e aperfeiçoamento de pessoal em áreas como robótica, química, bioquímica e engenharia. Desse modo, o conhecimento científico passa então a ser mais do que nunca, uma importante força de produção.

Essa “instrumentalização do conhecimento” na era moderna acaba por, de certo modo, suprimir a intelectualidade, direcionando a busca de novos saberes apenas para a reprodução do capital. Sobre isso, Santos (1998, p. 16) diz que “sempre se imaginou, ao longo do tempo, que um dia chegaria no qual as atividades intelectuais seriam a maioria. Esse tempo chegou, mas o número de intelectuais verdadeiros diminuiu”.

Essa lógica reflete diretamente na formação intelectual ainda na educação básica. Santos (1998) chama esse fenômeno de “era da inteligência baseada na máquina”. É notável



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que desde a grade curricular do ensino básico aos conteúdos trabalhados em cada matéria, o discurso dos professores está voltado a orientar o aluno para o mercado de trabalho. A crescente busca pelo Ensino Superior é um sinal da propagação dessas idéias. Nesse sentido, podemos entender a escola tanto como sendo uma preparadora de indivíduos para o mercado, quanto como uma ferramenta da manutenção do sistema atuando como propagadora de ideologias.

Nesta perspectiva, surgem os questionamentos: onde fica o papel da escola como formadora do cidadão crítico? É possível formar pensadores e ao mesmo tempo formar para o mercado? Sobre isso Vesentini (2003, p. 16) aponta

Mas a escola não é apenas uma instituição indispensável para a reprodução do sistema. Ela é também um instrumento de libertação. Ela contribui – em maior ou menor escala, dependendo de suas especificidades – para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico das pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação individual ou coletivo.

Para Vesentini (2003) o sistema educacional atual possui esse caráter contraditório de instrumento reprodutor do sistema e ao mesmo tempo libertador, sendo que não é possível definir o limiar entre esses dois papéis. Se não é possível perceber a diferença, tão pouco é possível separar esses dois papéis na prática, ou sobrepor um ao outro, ou seja, embora contraditórias, são funções intrínsecas.

Sendo a Geografia uma área tão multidisciplinar, suas discussões passam tanto por questões que envolvem a discussão do neoliberalismo como a crítica à sociedade moderna. Vesentini (2003) nos provoca ao questionar se a geografia seria capaz de abordar de forma satisfatória os crescentes problemas enfrentados, tanto na esfera nacional quanto global de ordem natural, política, cultural, econômica, jurídica e tecnológica. Independente do potencial da ciência geográfica, é absolutamente necessário que o cidadão atual, vivendo em um mundo globalização, tenha consciência de tais questões.

No Brasil, todos os conteúdos trabalhados em sala de aula, no ensino fundamental e médio, seguem estes parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para cada disciplina. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados no início da década de 1990



durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com a intenção de fornecer diretrizes para a educação nacional em forma de um macroplanejamento que chegaria a todas as escolas do país. Devido ao contexto histórico brasileiro na época, em plena aplicação de uma agenda neoliberal, teóricos nacionais da área de geografia apontam uma possível tendência dos PCNs na propagação das ideologias neoliberalistas. Nesse contexto, Straforini (2014, p. 44) relata que “era preciso reformar os sistemas educacionais nos termos normativos, técnico-administrativos e, fundamentalmente, pedagógicos à luz do novo discurso neoliberal”.

Baseados na análise desse documento, discute-se aqui os papéis da disciplina de Geografia no ensino básico, considerando o que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2002, p. 29) ao apresentar que

Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino da Geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade em que as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado (constantemente em transformação) do qual ele faz parte e que, portanto, precisa conhecer e do qual se pinta membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente com os valores humanísticos.

Verifica-se que os PCNs dão grande enfoque no pensamento sobre a percepção do aluno com relação as questões pertinentes a geografia em seu cotidiano, valorizando a vivência de seu lugar, sentimento de pertencimento, patriotismo e as produções culturais humanas. Há a preocupação de situar o aluno no contexto global, estabelecendo uma relação com o local, construindo ambos os conceitos como indissociáveis. Critica o ensino de geografia apenas como meio de percepção da paisagem, aprofundando-se nas questões da geografia crítica e geografia cultural.

As mais recentes correntes do pensamento geográfico estão representadas nos PCNs (2002). A Geografia Crítica tem uma forte influência marxista, focada na análise e na ação sobre as desigualdades sociais produzidas pelo sistema, e a Geografia Cultural por sua vez, procura focar seus estudos no local, valorizando a percepção de mundo e a subjetividade.

Os parâmetros admitem a importância da Geografia Crítica e do pensamento marxista na compreensão da realidade. Há, porém, em seus objetivos, um cuidado com a propagação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de um discurso de posicionamento político. Esse cuidado é interpretado por alguns autores mais radicais como sendo um posicionamento em favor da reprodução da ideologia vigente. Como diz Gadotti (1991, p. 75) “ou educa a favor das classes dominadas ou contra elas”. Deve-se então posicionar-se ou procurar ver além dessa dicotomia expressa? Qual deve ser a postura do professor ao educar? Até que ponto devem estar expressas suas ideologias?

É importante destacar que se entenda que tanto o professor quanto a escola são dotados de posicionamentos político-ideológicos. Como afirma Gadotti (1991, p.75) “não educa realmente aquele que ignora o momento em que vive, aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca”, o que se pretende não é negar ao professor seu posicionamento, tampouco substituir um discurso por outro, mas sim discutir as possibilidades para a construção de um processo de ensino-aprendizagem que proporcione a capacidade de reflexão. Reconhece-se a importância do discurso político-ideológico, mas devemos ter cuidado para não fazermos de nossos “discípulos”, reprodutores de discursos prontos propagados por nós. Vesentini (2003, p.25) alerta que “educar para a liberdade não é apenas educar os outros, mas também a si mesmo”.

Com a criação dos PCNs, todas as escalas do planejamento escolar tiveram de se adaptar a essas novas diretrizes, inclusive a que mais interfere na formação do aluno, a microescala onde estão inseridos os professores com os seus planos de aula. É nesse momento que, através da sua visão crítica e reflexiva com relação ao conteúdo dos PCNs, o professor pode negar esse discurso de dominação, propondo métodos de ensino ou exposições que sejam libertadores, ou apenas reproduzir esse conteúdo sem ter a preocupação de instigar a reflexão por parte dos alunos. Nesse sentido Straforini (2012, p. 57) fala que

Tanto os documentos curriculares quanto os escritos críticos referentes a eles são apropriados das mais diferentes formas e recontextualizados pelos professores a partir de suas práticas pedagógicas.

O impasse dessa questão encontra-se, porém, em um problema maior. A situação da educação formal brasileira encontra-se em um estado de negligência, no qual carecem as escolas de estruturas físicas adequadas e aos professores de aprimoramento em sua formação.



Nesse contexto torna-se difícil exigir o estímulo da capacidade de pensamento crítico, embora mais do que nunca seja necessário.

Nos dias atuais, a docência é quase sempre vista como uma labuta sofrida e desvalorizada em que os professores trabalham muito para ganhar pouco, muitos com uma formação anacrônica, lidando com um perfil de aluno para o qual não foi preparado para trabalhar e incapacitado de aprimorar sua formação. Para Alves (2012, p. 09) “o sofrimento de ser professor é semelhante ao sofrimento das dores do parto: a mãe logo aceita e logo dele se esquece, pela alegria de dar à luz um filho”. Já Antunes (2002, p.23) diz que “existem médicos, motoristas, garçons, farmacêuticos, dentistas mal preparados. Às vezes apáticos, desinteressados, desanimados. Professores também”.

É esse professor, desinteressado ou esforçado, que na sua relação com o aluno vai se posicionar diante das mais diferenciadas problemáticas, influenciando diretamente na formação da personalidade de cada um. Cabe exclusivamente a ele a função de negar ou reproduzir em sua prática docente os conteúdos que lhes são propostos, e em muitos casos impostos. Para tanto, é na relação com os alunos que esse deve assumir uma postura de respeito recíproco que lhe dê autonomia e credibilidade. Para Antunes (2002, p. 08) “Professor bonzinho, manipulável, manobrável não é educador, não transmitiu com a honra de suas aulas a dignidade de sua profissão”.

É importante ressaltar que, para a formação do cidadão necessita-se, antes de tudo, de uma formação de professores qualificados, conscientes das questões locais e globais e que sejam capazes de orientar a discussão sobre esses temas. Esse tipo de formação exige do professor o exercício de se repensar os métodos didáticos e abordagens da ciência geográfica em sala de aula, para que, assim, seja reafirmada a sua importância como ciência e disciplina escolar.

4 CONCLUSÕES

A postura política e ideológica do professor influenciará na formação da personalidade e no desenvolvimento do senso crítico do aluno. Cabe a cada mestre posicionar-se a partir das



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

suas diretrizes educacionais, problematizando os discursos presentes em sua área de estudo, e adaptando o seu método de ensino ao seu objetivo, sempre tendo como principal campo de ação a relação com os seus alunos.

A proposta não é a de estabelecer uma dicotomia de negação ou afirmação de ideologias. Na verdade, o professor não deve entregar idéias concebidas aos alunos e podar sua criatividade, pois isso seria o mesmo que podar seu senso crítico. Os professores devem estar abertos às idéias, demonstrando a capacidade de, frequentemente, mudar a sua forma de pensar. O professor não deve ser um simples reproduzidor de idéias, mas sim um orientador da construção do conhecimento. Só através da liberdade de pensamento é que serão formados cidadãos conscientes do seu papel em suas cidades, seus países e no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 14^o ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho = aluno difícil**. A questão da disciplina em sala de aula. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2002.

GADOTTI, Moacir. A postura do educador numa sociedade em conflito. In: _____ **Educação e Poder**. São Paulo: Cortez, 1991. P. 74-82.

SANTOS, Milton. Ser intelectual na era da globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, Conferências, mesas redondas e simpósios, 1998, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: [s. n.], 1998. P. 15-20.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

STRAFORINI, Rafael. O currículo de Geografia do ensino fundamental: entre conhecer o que se diz e o vivenciar o que se pratica. In: TONINI...[et al]. **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014. P.43-60.

VESENTINI, José Willian. **Educação e ensino da geografia**: instrumento de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A geografia na sala de aula**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.